



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado do Amapá

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – COMARCA DE LARANJAL DO JARI

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e dezenove, às dez horas e vinte minutos, no Plenário do Tribunal do Júri do Fórum da Comarca de Laranjal do Jari, e sob a presidência do Desembargador JOÃO GUILHERME LAGES MENDES, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, foi aberta a presente Audiência Pública, com o objetivo de dar conhecimento das atividades do Poder Judiciário do Amapá aos cidadãos do Município de Laranjal do Jari, abrindo diálogo direto com a comunidade para que as autoridades presentes possam analisar e discutir os conflitos, problemáticas e anseios da população. Compareceram as seguintes autoridades que compuseram, junto ao Desembargador JOÃO LAGES, a mesa: Juiz de Direito PAULO CÉSAR DO VALE MADEIRA, Juiz- Auxiliar da Presidência; Juiz de Direito JULIE ANDERSON DE SOUZA MOTA, Juiz de Direito Diretor do Fórum da Comarca de Laranjal do Jari e Titular da 2ª Vara de Competência Geral; Juiz de Direito ZEEBER LOPES FERREIRA, Titular do Juizado Especial Cível, Criminal e de Fazenda Pública da Comarca de Laranjal do Jari. Juiz de Direito ALMIRO DO SOCORRO AVELAR DENIUR, Titular da 3ª Vara de Competência Geral da Comarca de Laranjal do Jari; Juiz de Direito DAVI SCHWAB KOHLS, Titular da 1ª Vara de Competência Geral da Comarca de Laranjal do Jari; Juiz de Direito FÁBIO SILVEIRA GURGEL DO AMARAL, Titular da Vara Única da Comarca de Vitória do Jari; Senhor MÁRCIO SERRÃO, Prefeito Municipal de Laranjal do Jari; Senhor DIELSON SOUZA, Prefeito do Município de Vitória do Jari; Senhora ALLINY SERRÃO, Deputada Estadual; Senhora EDNA AUZIER, Deputada Estadual; Senhor PAULO LEMOS, Deputado Estadual, representando a Assembléia Legislativa do Estado do Amapá; Senhor JORY OEIRAS, Deputado Estadual; Promotora de Justiça SAMILE ALCOLUMBRE, representando o Ministério Público do Estado do Amapá; Defensor Público RONALD DA LUZ BARRADAS JÚNIOR, representando a Defensoria Pública do Estado do Amapá; Advogado HELDER MAGALHÃES MARINHO, representando a OAB/AP; Vereador PADILHA, Representando a Câmara de Vereadores de Laranjal do Jari; Vereador GERSON CALDEIRA, representando a Câmara de Vereadores de Vitória do Jari; Senhor ESTÉFANO DA SILVA SANTOS, Delegado de Polícia titular da Central de Flagrantes da Delegacia de Laranjal do Jari, representando a Polícia Civil do Estado do Amapá; Major AMORAS DE ARAÚJO, Sub-Comandante do 11º Batalhão da Polícia Militar de Laranjal do Jari, representando a Polícia Militar do Estado do Amapá; Major JATNIEL BARBOSA MARQUES, Comandante do Corpo de Bombeiros de Laranjal do Jari, neste ato representando o Corpo de



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado do Amapá

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – COMARCA DE LARANJAL DO JARI

Bombeiros Militar do Estado do Amapá. Foi executado o Hino Nacional Brasileiro, e, após, executado o Hino do Município de Laranjal do Jari, pela cantora Dalva Braga e o Tecladista Moisés Pimenta. O Mestre de Cerimonial fez a apresentação da presente audiência pública, explanando a metodologia a ser aplicada de forma a melhor organização do ato. Dada ao Desembargador João Lages, Presidente do Tribunal de Justiça, inicialmente saudou a mesa composta por seus colegas Magistrados. Saudou também todas as autoridades presentes no dispositivo de honra, na pessoa do Prefeito Municipal de Laranjal do Jari, dos Deputados Estaduais presentes e demais presentes. Ressaltou a importância da inauguração do CAPS neste Município de Laranjal do Jari, cujo nome é em homenagem à filha do Procurador do Estado Raul. Saudou as autoridades judiciais na pessoa da Promotora de Justiça Samile Alcolumbre. Registrou que os Defensores Públicos empossados no primeiro concurso público entregaram à ele, no ato da posse, um livro com artigos jurídicos o que demonstrou a qualidade e capacidade técnica dos novos defensores que trabalham neste Estado. Demais saudações nominais e registros de nominatas foram feitas pelo Desembargador Presidente. Informou que sua gestão como Presidente do TJAP iniciou-se em março deste ano e que sua equipe tem o planejamento de realizar Audiências Públicas em todas as Comarcas, de forma a dar um olhar “de baixo para cima” priorizando o primeiro grau e os jurisdicionados, de forma a criar políticas públicas e de administração do Tribunal de Justiça para beneficiar a base do Poder Judiciário. Em relação à presente Audiência Pública em Laranjal do Jari, o que se busca é ouvir a população, uma vez que o Poder Judiciário não é mais inerte, aguardando a população bater à sua porta, tendo o dever de agir de forma a proteger a Constituição Federal e os direitos e garantias dos cidadãos, dentro de suas atribuições, sem que incorram no Ativismo Judicial, uma vez que as competências do legislativo e executivo devem ser realizadas por aqueles poderes.

Ressaltou que em sua gestão busca sempre conversar com os Deputados, Vereadores e membros do Executivo, de forma a buscar melhorias para a população, não somente em relação ao Poder Judiciário. Salientou que o Presidente do Senado Federal, pela primeira vez na história do Brasil, é genuinamente amapaense, o que trará grandes benefícios à população deste Estado e que tem esperança que com a alocação de recursos para os próximos anos, os cidadãos do Amapá serão beneficiados. Ressaltou a necessidade de que o Estado precisa acabar com a “economia de contra-cheque”, uma vez que, no mês de julho deste ano, o Poder Judiciário se deparou com a possibilidade de parcelamento do salário dos magistrados e servidores do Tribunal de Justiça. Diante dessa problemática, envidou esforços de forma a fortalecer a economia do Estado, viabilizando o crescimento,



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá  
ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – COMARCA DE LARANJAL DO JARÍ

a produção de riquezas e assim a melhoria coletiva à toda a população e a segurança para que o serviço público realize seu trabalho em benefício de todos. Afirmou que é de conhecimento geral a crise que assola as Empresas com base no Vale do Jarí, o que é preocupante, tendo em vista a importância econômica e social para a região. Informou sobre como será realizada a presente Audiência Pública, delimitando o tempo para perguntas e para as respostas de forma a dar espaço para que o máximo de pessoas possam participar. Informou ainda que a Audiência Pública procura dar resposta a todos os questionamentos feitos pela população e que, os que não forem da competência do Poder Judiciário, serão encaminhados aos órgãos competentes, com seu pessoal empenho para solução dos problemas. Após, deu a palavra ao Juiz Auxiliar da Presidência Paulo Madeira. O Juiz Auxiliar da Presidência inicialmente se apresentou, informando suas atribuições e competências como Juiz Auxiliar, no tocante aos precatórios e ao auxílio do Desembargador Presidente na administração do Poder Judiciário do Amapá. Afirmou que a Comarca de Laranjal do Jari teve um avanço enorme no número de processos julgados, tendo ótimos resultados na prestação jurisdicional, com a vazão dos processos judiciais. Informou que os cidadãos poderão visualizar no site do Tribunal de Justiça sobre a presente Audiência Pública, onde será dada resposta a todos os questionamentos, com a informação dos encaminhamentos realizados. Dada a palavra ao Juiz de Direito Davi Kohls, o mesmo cumprimentou a todos os presentes e após afirmou a necessidade de se ausentar em decorrência da pauta de audiências criminais, o que foi aceito pela Mesa. Dada a palavra ao Senhor Cleiton, do bairro Malvinas, fez o seguinte questionamento: A parte baixa de Laranjal do Jari está com dificuldades referente às passarelas, que dificultam a locomoção dos cidadãos, afirmando também que não existe Empresa legalizada para fornecer madeira para a construção das passarelas. Fez um convite ao Desembargador e aos Parlamentares para conhecerem a parte baixa. Também fez questionamento sobre o projeto de Casas Populares que até hoje nunca foram entregues à população e estão em construção a anos. Que foram construídas duas creches, mas até hoje nenhuma foi finalizada. - Dada a palavra a Senhora Valdemira (Vadoca), do Bairro do Sarney: Inicialmente saudou a todos as autoridades presentes. Questionou sobre o fornecimento da energia, onde a população tem pagado um preço muito alto, com diversas taxas injustas, mas sem receber o fornecimento de qualidade. O Desembargador João Lages afirmou à cidadã que a mesma deva procurar a Defensoria Pública e o Ministério Público. O Prefeito Municipal de Laranjal do Jari ressaltou que o posteamento e rede elétrica é de responsabilidade da CEA e que as taxas de iluminação pública são de responsabilidade da Prefeitura. - Dada a palavra ao Senhor Lúcio Márcio Pinheiro



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá  
ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – COMARCA DE LARANJAL DO JARI

(Maguila): Inicialmente, saudou a todos os presentes. Afirmou que viu o Laranjal do Jari crescer e está vendo o Jari morrer. Questionou sobre a problemática da saúde, uma vez que a Casa de Apoio de Macapá recebe diversos doentes vindos de Laranjal sem nenhuma condição, sem sequer um local para tomar banho. Informou que a saúde em Laranjal está precária e que todos os cidadãos doentes precisam se deslocar até Macapá para resolver seus problemas e que esse deslocamento é precário pelas condições da estrada. Em resposta o Desembargador afirmou que irá encaminhar as autoridades responsáveis para tratativas dos problemas de saúde em Laranjal do Jari. - O Juiz Auxiliar da Presidência leu um questionamento feito por internauta, referente aos precatórios de Vitória do Jari e que até agora não foram bloqueados valores para o pagamento. Explicou que os municípios do Amapá fizeram acordo para pagamento com parcelas mensais para pagamento de precatórios. Quando o Município não paga as parcelas, a Justiça bloqueia os valores, mas que o Judiciário verifica se os valores bloqueados não vão afetar drasticamente as contas do Município, por isso ocorrem atrasos para pagamento de precatórios em alguns municípios. Mas afirmou que o Poder Judiciário está envidando esforços para solução do problema na maior brevidade possível. - Dada a palavra a Senhora Marines Lopes, ela fez o seguinte questionamento: Como Coordenadora de Políticas para Mulheres em Laranjal do Jari, afirmou que o CRAM está inoperante no Município e tem causado prejuízo aos cidadãos e ao Município que tem gastos que deveriam ter sido feitos pelo Estado via CRAM. Questionou sobre a criação de Vara de Juizado Especial de Violência Doméstica. Dada a palavra ao Doutor Julle Anderson, afirmou que sente falta da Rede de Proteção à Mulher, com os órgãos estaduais de proteção, bem como verificou falhas nas outras estruturas, como no caso da saúde da mulher. Afirmou que já entrou em contato com as autoridades competentes para a criação do CRAM neste Município e viabilizar a estruturação da rede de proteção à mulher, como a criação de Casa Abrigo da Mulher e outros locais necessários. Dada a palavra a Deputada Estadual Edna Auzier, afirmou que em conversa com a Senhora Marines, pediu para que fosse informada a Procuradoria da Mulher e que, em decorrência do orçamento da Coordenadoria da Mulher é escasso mas que estão sendo empenhados os esforços para atendimento das demandas. No tocante a criação de uma Vara do Juizado Especial da Violência Doméstica, o Desembargador Lages informou que a competência da Violência Doméstica está com o Juiz Julle Anderson, não sendo necessário criar uma Vara específica. Informou também as discussões no âmbito do Tribunal de Justiça no tocante a reengenharia do judiciário, quanto a possibilidade de crescimento ou redução do Poder Judiciário, tendo em vista a viabilidade orçamentária. O



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado do Amapá

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – COMARCA DE LARANJAL DO JARI

Desembargador João Lages, comentando a respeito das creches no Município de Laranjal do Jari, informou a existência do Fundo de Apoio aos Juizados da Infância e Juventude – FAJJ, e que os interessados podem criar Projetos e apresentá-los ao Tribunal de Justiça que verificará a viabilidade financeira para sua concretização. Foi questionado sobre as obras paradas das creches, o Desembargador João Lages informou que a Justiça do Amapá não embargou nenhuma obra neste Estado e que deverão ser verificados cada caso. O Prefeito de Laranjal do Jari informou que a creche do Cajarí está em tomada de contas especiais, o que causou a paralização das obras, mas que estão sendo licitadas novamente. No tocante a creche do Nazaré Mineiro, apesar das falhas na construção dos projetos, estão sendo reprogramadas e retomadas. - Dada a palavra ao Senhor Josenil, questionou: Informou que possui Diabetes e que diversos colegas estão cegos, sem membros e que não tem nenhuma estrutura no Município para essas pessoas e que precisam ir para Macapá diversas vezes e precisam pagar as taxas em ônibus precários, sem paradas para que os enfermos possam ir ao banheiro, sem acessibilidade. O Desembargador João Lages sugeriu que os pacientes de Diabetes se organizassem em Associação para viabilizar as demandas junto ao Ministério Público e Defensoria Pública, uma vez que envolvem direitos fundamentais. Informou ainda que este Tribunal de Justiça irá encaminhar às Empresas responsáveis (Santanense, AmapaTur e AmazonTur) e ao Diretor da SETRAP para conhecimento e providências. - Dada a palavra a Senhora Márcia, representante dos açougueiros de Laranjal do Jari, questionou: Gostaria de informar sobre a problemática da água do Município, que não possui o tratamento adequado e causa diversos prejuízos, principalmente com relação à saúde do povo de Laranjal do Jari. O Desembargador João Lages informou que tem conhecimento da problemática e que o Tribunal de Justiça irá levar a demanda às autoridades competentes. Questionou se existe alguma Ação Civil Pública questionando essa problemática. Dada a palavra ao Juiz de Direito Almiro Deniur, o mesmo informou que existem Ações Civis Públicas referente ao problema da água e que o Poder Judiciário está, dentro de sua possibilidade, dando resposta à sociedade, tendo em vista que o sistema de captação e distribuição da água no Laranjal do Jari ser totalmente irregular, o que tem causado prejuízos à população, principalmente no tocante à saúde. O Prefeito de Laranjal do Jari tomou a palavra e explicou que as gestões passadas se atrapalharam com os Convênios da FUNASA e que foram perdidos os projetos de fornecimento de água, inclusive com desvio de recursos públicos, onde os responsáveis estão sendo responsabilizadas. Informou que a Prefeitura vem discutindo junto com a CAESA, a Assembleia Legislativa e o Governo do Estado para que seja resolvida o mais rápido possível a problemática da



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado do Amapá

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – COMARCA DE LARANJAL DO JARI

água no Município de Laranjal do Jari. - Dada a palavra ao Senhor Gerson Martins, Presidente do Conselho Municipal de Saúde, questionou: Que fosse feita uma força-tarefa para verificar o uso dos recursos públicos da Saúde pelo Poder Executivo do Estado do Amapá, também referente ao pagamento dos funcionários que trabalham com as UTIS móveis para deslocamento de Laranjal do Jari até a Capital. Informou ainda que o Poder Executivo Estadual tem transferido sua responsabilidade para o Poder Executivo Municipal, que não tem recursos suficientes para solução dos problemas de saúde, como no caso da Unidade Mista, UPA e outros órgãos. O Desembargador João Lages informou que a situação da saúde no Brasil e, em especial, no Amapá, está um caos, e que mesmo diante de todos os esforços, não estamos dando conta de resolver os problemas ligados à saúde. Informou que no final do ano passado fez inspeção no Hospital de Emergências e verificou *in loco* que a situação é caótica e que o Poder Judiciário encontra muita dificuldade em resolver a problemática, uma vez que não existe estrutura alguma e não existem recursos suficientes para melhoria. O Juiz de Direito Almiro Deniur sugeriu que a pauta da saúde seja levada ao Comitê Gestor da Saúde e que seja feita uma reunião do referido Comitê neste Município de Laranjal do Jari, para verificar as condições da saúde neste Município. A Deputada Alliny Serrão informou que, quando era Vereadora em Laranjal do Jari, foram realizados esforços para melhoria do Hospital para atendimento mais amplo e de casos de alta complexidade. Informou que, graças ao Senador Davi, Presidente do Senado Federal, tem se buscado recursos à nível federal para melhoria da saúde no Estado do Amapá e, aplicando os recursos de maneira correta, serão beneficiados todos os cidadãos do Estado e, em especial de Laranjal do Jari. - Dada a palavra questionou: A BR-156 que liga o Município de Laranjal do Jari até a capital do Estado está em péssimas condições, o que causa muito prejuízo a todos os cidadãos do Vale do Jari. Informou que as comunidades que vivem em Nazaré Mineiro estão cansadas e prestes a interditá-la para chamar atenção das autoridades para resolução do problema referente ao asfaltamento de 2km, do SESC até a comunidade de Nazaré Mineiro. O Desembargador João Lages informou que já está ciente da problemática envolvendo a rodovia e que irá empreender esforços junto ao Poder Executivo Estadual para verificar a possibilidade de atendimento da demanda. Finalizadas as perguntas dos participantes, foi dada a palavra ao Prefeito Municipal de Laranjal do Jari. O Prefeito inicialmente saudou todos os membros da mesa e os participantes da Audiência Pública. Agradeceu a realização da presente Audiência Pública e informou a importância do diálogo do Poder Executivo com o Poder Judiciário com vistas a buscar a melhor solução, com os meios legais, para os problemas do Município de Laranjal do Jari. No tocante ao problema com



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado do Amapá

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – COMARCA DE LARANJAL DO JARÍ

as passarelas, informou que a Defesa Civil enviou recursos para reforma das passarelas em situação mais crítica. Informou que durante as gestões passadas, o Executivo Estadual sempre promoveu a reforma das passarelas, então o Executivo Municipal nunca fez planejamento para orçar e executar as referida obras. Informou que hoje a Prefeitura não possui recursos e estrutura para realização das reformas de todas as passarelas, mas que vem, na medida do possível, realizando as reformas de forma gradativa. Informou ainda que o grande problema hoje está no fornecimento de madeira legal para providenciar as reformas, solicitando auxílio do Poder Judiciário para solução da referida problemática, seja com madeira apreendida ou outros meios. Em relação a iluminação pública, informou que a CEA tinha o dever de iluminar todo o parque de iluminação pública e entregar ao Poder Público Municipal para que fosse realizada a manutenção. Informou que a CEA não cumpriu o combinado e que a Prefeitura foi avançando com a iluminação pública, na medida de sua disponibilidade financeira e orçamentária, tendo em vista que muitos postes não tem condições de receber iluminação pública em face da precariedade, necessitando ser trocados pela própria Prefeitura. Informou ainda que a Prefeitura de Laranjal do Jari tem pago os precatórios dentro do combinado. Informou que, no tocante ao asfaltamento da comunidade do Nazaré Mineiro, houve falta de planejamento por parte do Poder Executivo Estadual. Em conclusão, informou que a população de Laranjal do Jari trabalha em conjunto com todos os órgãos competentes de forma a avançar, através do diálogo, visando amenizar os problemas da população de Laranjal do Jari. Em seguida foi dada a palavra ao Prefeito de Vitória do Jari: Agradeceu a realização da presente Audiência Pública, pois viu que após essa reunião, tem certeza que o povo do Vale do Jarí terá um retorno muito positivo. Informou que a Prefeitura de Vitória do Jari tem pago de maneira gradativa os precatórios, dentro de sua possibilidade financeira e orçamentária. Ressaltou a necessidade de apoio do Poder Judiciário para desenvolvimento dos Municípios, agradecendo o apoio dos Juízes do Estado e ainda ao Juiz Federal João Bosco, pelo grande apoio à comunidade do Vale do Jari. Por fim, parabenizou a iniciativa e o apoio do Poder Judiciário. Dada a palavra ao Deputado Paulo Lemos, representante da Assembleia Legislativa: Saudou e agradeceu a todos os presentes, afirmou da importância da realização da Audiência Pública, onde o Poder Judiciário deixou de lado a inércia na atuação processual para atuar próximo aos cidadãos, dando espaço para que todos demonstrem seus anseios, seus problemas e o que o Poder Judiciário e os demais Poderes podem fazer para solucionar. Informou que a presença dos Deputados foi muito importante, pois muitos questionamentos apresentados são de competência do Poder Legislativo, em conjunto com o Poder Executivo, e que



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá  
ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – COMARCA DE LARANJAL DO JARI

todos vão acompanhar de perto para que medidas de melhoria sejam tomadas em benefício da população do Estado do Amapá, em especial a questão da saúde pública. Por fim, agradeceu a todos os presentes pela iniciativa. Após, o Desembargador João Lages, Presidente do Tribunal de Justiça, fez os agradecimentos finais, dando por encerrada a presente audiência pública. A presente Audiência Pública foi encerrada às doze horas e trinta minutos. Nada mais havendo, eu, Lucas Bitencourt de Souza \_\_\_\_\_, Assessor Jurídico de 2º Grau do Tribunal de Justiça do Amapá, lavrei a presente Ata de Audiência Pública, em única via, com a assinatura das autoridades presentes. O referido é verdade e dou fé.

Laranjal do Jari, 27 de setembro de 2019.

DESEMBARGADOR JOÃO GUILHERME LAGES MENDES  
Presidente do Tribunal de Justiça do Amapá

JUIZ DE DIREITO PAULO CÉSAR DO VALE MADEIRA  
Juiz Auxiliar da Presidência do TJAP

JUIZ DE DIREITO JULIE ANDERSON DE SOUZA MOTA  
Juiz Diretor do Fórum da Comarca de Laranjal do Jari

JUIZ DE DIREITO ZEEBER LOPES FERREIRA  
Titular do Juizado Especial Cível, Criminal e Fazenda Pública de Laranjal do Jari

JUIZ DE DIREITO ALMIRO DO SOCORRO AVELAR DENIUR  
Titular da 3ª Vara de Competência Geral de Laranjal do Jari

JUIZ DE DIREITO FÁBIO SILVEIRA GURGEL DO AMARAL



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá  
ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – COMARCA DE LARANJAL DO JARÍ

Juiz Titular do Fórum da Comarca de Vitória do Jari

PREFEITO MÁRCIO SERRÃO  
Prefeito do Município de Laranjal do Jari

DEPUTADO ESTADUAL PAULO LEMOS  
Representante da Assembléia Legislativa do Amapá

DEPUTADA ESTADUAL ALLINY SERRÃO  
Representante da Assembléia Legislativa do Amapá

DEPUTADO ESTADUAL JORY OEIRAS  
Representante da Assembléia Legislativa do Amapá

DEPUTADA ESTADUAL EDNA AUZIER  
Representante da Assembléia Legislativa do Amapá

PROMOTORA DE JUSTIÇA SAMILE ALCOLUMBRE  
Representante do Ministério Público do Amapá

DEFENSOR PÚBLICO RONALD DA LUZ BARRADAS JÚNIOR  
Representante da Defensoria Pública do Amapá

ADVOGADO HELDER MAGALHÃES MARINHO  
Representante da Ordem dos Advogados do Brasil/AP



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá  
ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – COMARCA DE LARANJAL DO JARÍ

PREFEITO DIELSON SOUZA  
Prefeito do Município de Vitória do Jari

VEREADOR PADILHA  
Representante da Câmara de Vereadores de Laranjal do Jari

VEREADOR GERSON CALDEIRA  
Representante da Câmara de Vereadores de Vitória do Jari

DELEGADO ESTÉFANO DA SILVA SANTOS  
Representante da Polícia Civil do Estado do Amapá

MAJOR AMORAS DE ARAÚJO  
Representante da Polícia Militar do Estado do Amapá

MAJOR JATNIEL BARBOSA MARQUES  
Representante do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amapá